

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2024, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações Gerais

2. Apresentação e discussão dos Projetos de Resolução:

[n.º 428/XVI/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo que apele à transparência democrática em Moçambique e facilite o diálogo entre agentes políticos.

[n.º 435/XVI/1ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo o não reconhecimento dos resultados eleitorais em Moçambique.

[n.º 437/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo Português o não reconhecimento dos resultados eleitorais em Moçambique e a adoção de uma postura firme em defesa da democracia.

[n.º 476/XVI/1.ª \(PCP\)](#) - Pela solidariedade com o povo moçambicano e pelo respeito pela soberania e independência da República de Moçambique.

3. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 444/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que defenda as Liberdades Política e Religiosa e os Direitos Humanos no Tibete, rejeitando a interferência da República Popular da China na reencarnação do Dalai Lama.

4. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 396/XVI/1.ª \(PS\)](#) – De congratulação pela atribuição, a António Costa, do Prémio da Paz da UNESCO Félix Houphouet-Boigny de 2024.

5. Apresentação, discussão e votação dos seguintes Projetos de Votos:

[n.º 424/XVI/1.ª \(L\)](#) – De solidariedade com o povo de Moçambique na sequência das eleições presidenciais.

[n.º 452/XVI/1.ª \(PCP\)](#) – De solidariedade com o povo moçambicano e de respeito pela soberania e independência da República de Moçambique.

6. Apresentação, discussão e votação dos seguintes Projetos de Votos:

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.ª SL

[n.º 425/XVI/1.ª \(L\)](#) – Pela aprovação pelo Knesset de legislação que impede a prestação de assistência humanitária pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA).

[n.º 428/XVI/1.ª \(BE\)](#) – De condenação pela decisão de Israel de declarar organização terrorista a Agência das Nações Unidas para os refugiados palestinianos com vista à proibição da sua atividade humanitária.

[n.º 431/XVI/1.ª \(PS\)](#) - De condenação pela designação, por Israel, da UNRWA como organização terrorista.

7. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 433/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) – De condenação pelo assassinato de Paulo Guambe e Elvino Dias em Moçambique.

8. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 435/XVI/1.ª \(IL\)](#) – De Saudação pelos 35 anos da Queda do Muro de Berlim.

9. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 436/XVI/1.ª \(IL\)](#) – De condenação aos ataques antissemitas e à violência em Amesterdão contra cidadãos israelitas.

10. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de voto n.º 438/XVI/1.ª \(IL\)](#) – De Protesto contra a Interferência Russa no Processo Eleitoral e a Repressão aos Manifestantes na Geórgia.

11. Análise das propostas dos Grupos Parlamentares para o Plano de Atividades da Comissão referentes à 1.ª sessão da XVI Legislatura.

12. Apreciação e aprovação da ata:

n.º 31 de 11 de dezembro de 2024

13. Outros Assuntos

_____ // _____

A sessão foi iniciada sob a presidência do Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), que deu as boas-vindas aos Deputados presentes, incluindo os que participaram por videoconferência. Informou sobre a solicitação do Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) para proceder à gravação em vídeo da sua intervenção recorrendo a meios próprios do Grupo Parlamentar do CH, solicitando a pronúncia dos Grupos Parlamentares. A proposta foi submetida à votação, tendo sido rejeitada, com votos contra

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.ª SL

dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD e PS, e votos a favor dos Grupos Parlamentares do CH, IL, BE e L, tendo-se registado a ausência do PCP e CDS-PP.

Seguiu-se a intervenção do Deputado Rodrigo Saraiva (IL), que sugeriu que os pontos iniciais da reunião fossem os que envolviam votações. Após esta proposta, foi alcançado consenso entre os Deputados presentes.

O Presidente da mesa informou que tinham baixado, após o prazo regimental de 24h antes da reunião de Comissão, as seguintes iniciativas:

- [Projeto de Resolução n.º 482/XVI/1.ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que promova, no plano internacional, a defesa da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito na Geórgia;
- [Projeto de Resolução n.º 484/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que reafirme o seu compromisso de defesa do direito à autodeterminação do povo do Sahara Ocidental e condene a violação sistemática de direitos humanos do povo saharai nos territórios ocupados pelo Reino de Marrocos;
- [Projeto de Resolução n.º 485/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que no âmbito da organização do Campeonato Mundial de Futebol de 2030 pugne pelo respeito dos direitos humanos e os direitos dos animais no Reino de Marrocos.

O Grupo Parlamentar da IL e a Deputada Única Representante de um Partido (DURP) do PAN informaram que pretendiam a discussão em Comissão.

No **Ponto 4.**, o Deputado João Paulo Rebelo (PS) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. A Deputada Regina Bastos (PSD) informou que o Grupo Parlamentar do PSD acompanhava o voto, reconhecendo o trajeto político de António Costa, tanto no Governo como fora dele, e expressou o desejo de que, como Presidente do Conselho Europeu, tenha a oportunidade de contribuir para a paz, especialmente a que afeta o continente europeu. O Deputado Manuel Magno (CH) afirmou que não via fundamento na vida de António Costa para justificar um prémio da paz, questionando o Grupo Parlamentar do PS sobre as ações concretas que, de facto, contribuíram para a paz e motivaram o voto e o prémio. Como resultado, o Grupo Parlamentar do CH tinha optado pela abstenção. O Deputado João Paulo Rebelo (PS) referiu que estes factos deveriam ser solicitados à UNESCO. Colocado à votação, o projeto de voto foi aprovado por maioria com os votos a

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.ª SL

favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, IL, BE e L e votos contra do CH, registando-se a ausência do PCP e CDS-PP.

No **Ponto 5.**, o Deputado Rui Tavares (L) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. O Grupo Parlamentar do PCP informou, eletrónica e atempadamente, de que prescindia da apresentação da respetiva iniciativa, não se encontrando presente. O Deputado Paulo Pisco (PS) propôs a unificação da parte resolutiva das iniciativas. Não se encontrando o Grupo Parlamentar do PCP presente, procedeu-se à votação individual das iniciativas em apreço. Colocados à votação, os projetos de voto foram aprovados por maioria com a seguinte votação:

- [n.º 424/XVI/1.ª \(L\)](#) – votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, IL, BE e L e abstenção do CH, registando-se a ausência do PCP e CDS-PP.
- [n.º 452/XVI/1.ª \(PCP\)](#) – votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PS, CH, BE e L, votos contra da IL e abstenção do PSD, registando-se a ausência do PCP e CDS-PP.

No **Ponto 6.**, o Deputado Rui Tavares (L) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Criticou a legislação aprovada pelo Knesset, que impossibilita a atuação da Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA), agência que apoia os refugiados palestinos desde 1948. Referiu que a nova legislação dificulta o trabalho da UNRWA nos territórios sob controlo de Israel, considerados ilegais pela comunidade internacional. Sublinhou a campanha de descredibilização dirigida à UNRWA, destacando que, apesar das dificuldades, a agência tem desempenhado um papel essencial. Defendeu que a comunidade internacional deve apoiar as instituições da ONU e criticou as ações de Israel que violam o direito internacional. Concluiu que o projeto de voto tinha como objetivo defender a UNRWA e contrariar a campanha de diabolização contra ela.

A Deputada Marisa Matias (BE) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Destacou a importância da UNRWA, que tem sido crucial para milhões de refugiados palestinos, prestando serviços essenciais como água potável, medicamentos e vacinação, incluindo a erradicação de doenças como a poliomielite. Criticou a decisão do Knesset, que dificulta o trabalho da UNRWA, especialmente em Gaza, e leva à redução do seu financiamento. Defendeu a continuidade da atuação da agência e elogiou o aumento do

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.^a SL

financiamento por parte do Governo português. Concluiu que o projeto de voto visa condenar esta decisão e apoiar o trabalho da UNRWA.

O Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Alinhou o projeto de voto do Grupo Parlamentar do PS com a intervenção dos Grupos Parlamentares do L e do BE, considerando absurda a classificação da UNRWA, uma agência das Nações Unidas dedicada ao apoio aos refugiados, como uma organização terrorista. Destacou o papel fundamental da agência, que presta assistência a populações em extrema carência, sendo vital para a sobrevivência de muitas pessoas em Gaza e outros territórios. Afirmou que a retirada da agência destes territórios significa deixar milhares sem assistência essencial. Concluiu que não há divergência entre os Grupos Parlamentares quanto ao objetivo dos projetos de voto, sugerindo a fusão das partes resolutivas para um voto único da Comissão.

Intervieram os Deputados Manuel Magno (CH), reconhecendo a importância da ajuda humanitária às populações afetadas por conflitos, mas expressou preocupação com alegações de colaboração entre a UNRWA e o Hamas, levando à abstenção do Grupo Parlamentar do CH no projeto de voto do Grupo Parlamentar do L e voto contra nos projetos de voto dos Grupos Parlamentares do PS e BE. Bruno Ventura (PSD) explicou que, apesar da regra de não condenar decisões de outros Parlamentos, o Grupo Parlamentar do PSD votaria a favor dos projetos apresentados devido à classificação da UNRWA como organização terrorista pelo Knesset, uma decisão que considera um erro político grave, pois coloca a agência ao nível de grupos como Hamas e Hezbollah. Destacou que a UNRWA presta serviços essenciais, principalmente em locais onde outras organizações não atuam. Embora tenha reconhecido a preocupação com infiltrações, sublinhou a necessidade de uma grande blindagem nestes casos. Além disso, fez um apelo para que, na parte resolutiva, se optasse por lamentar a decisão do Knesset, em vez de condená-la.

Colocados à votação, os projetos de voto foram aprovados por maioria com a seguinte votação:

- [n.º 425/XVI/1.^a \(L\)](#) - votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e L e abstenção do CH, registando-se a ausência da IL, PCP e CDS-PP.
- [n.º 428/XVI/1.^a \(BE\)](#) – votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e L e votos contra do CH, registando-se a ausência da IL, PCP e CDS-PP.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.^a SL

- [n.º 431/XVI/1.^a \(PS\)](#) - votos a favor dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e L e votos contra do CH, registando-se a ausência da IL, PCP e CDS-PP.

Aprovados os três projetos de voto, o Presidente da mesa colocou à votação a elaboração de um texto único da Comissão. Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH, BE e L, registando-se a ausência da IL, PCP e CDS-PP.

Intervieram os Deputados Paulo Pisco (PS) voluntariando o Grupo Parlamentar do PS na elaboração do texto de fusão e informando que não aceitava a proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PSD. Rui Tavares (L) e Marisa Matias (BE) concordaram. Paulo Neves (PSD) destacou que o Grupo Parlamentar do PSD entregaria uma declaração de voto, reafirmando o princípio de não condenar decisões soberanas de parlamentos democraticamente eleitos, como o Knesset, salvo em casos de impacto internacional, como o da UNRWA. Sublinhou que, apesar de apoiar os projetos de voto apresentados, sugeriu substituir a palavra "condenar" por "lamentar", enfatizando a responsabilidade adicional de tratar com respeito o único parlamento democraticamente eleito na região. Reforçou ainda a sensibilidade do Grupo Parlamentar do PSD à questão em causa e a necessidade de registar este posicionamento em ata. Marisa Matias (BE) esclareceu que o Knesset não é o único parlamento democraticamente eleito na região, apontando exemplos como a Jordânia e o Líbano, onde eleições monitorizadas reforçam a sua legitimidade. Destacou a importância de valorizar outros parlamentos democráticos na área.

O **Ponto 7.** foi adiado por solicitação do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

No **Ponto 8.**, o Deputado Rodrigo Saraiva (IL) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Destacou a importância de assinalar os 35 anos da queda do Muro de Berlim como um símbolo de liberdade e democracia, realçando que deveria ser um gesto regular da Assembleia da República. Sublinhou que este marco histórico relembra que a democracia e a liberdade não são garantias permanentes, exigindo uma luta diária para a sua preservação. Enfatizou a relevância atual desta celebração, não apenas pelo simbolismo da data redonda, mas pela sua mensagem universal e atemporal. Intervieram os Deputados

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.^a SL

Paulo Neves (PSD), que reiterou o apoio do Grupo Parlamentar do PSD ao projeto de voto, destacando a sua pertinência perante as regressões democráticas observadas nas últimas décadas. Sublinhou a importância de celebrar a integração da Europa de Leste na democracia e liberdade, enfatizando que este tema deve estar sempre na agenda política. Por fim, congratulou a Iniciativa Liberal pela oportunidade da proposta. Manuel Magno (CH) destacou a queda do Muro de Berlim como marco histórico que eliminou a Cortina de Ferro, encerrando décadas de despotismo comunista que condenaram milhões à miséria. Sublinhou a relevância do projeto de voto da do Grupo Parlamentar da IL face ao ressurgimento de projetos liberticidas e reafirmou o apoio do Grupo Parlamentar do CH à proposta apresentada. Paulo Pisco (PS) informou que o Grupo Parlamentar do PS acompanharia a iniciativa apresentada. Colocado à votação, o projeto de voto foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH e IL, registando-se a ausência do BE, PCP, CDS-PP e L.

No **Ponto 9.**, o Deputado Rodrigo Saraiva (IL) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Sublinhou que os tumultos em Amsterdão ultrapassaram o âmbito de um confronto entre adeptos de futebol, assumindo traços claros de antissemitismo, o que considerou inaceitável. Intervieram os Deputados Paulo Pisco (PS), que expressou surpresa com o voto apresentado, destacando o histórico racista do grupo de hooligans "Maccabi Fanatics" e a origem dos tumultos em Amsterdão. Referiu-se a declarações inaceitáveis feitas pelos envolvidos e criticou a manipulação dos factos históricos, considerando inadequada a comparação entre a noite de cristal e os acontecimentos. Informou que o Grupo Parlamentar do PS iria votar contra o projeto de voto, defendendo rigor na apreciação da realidade. Manuel Magno (CH) afirmou que o recrudescimento do antissemitismo é um mal absoluto que deve preocupar todos. Referiu as cenas de violência em Amsterdão como um lembrete de páginas negras da história europeia, destacando a necessidade de censura geral. Informou que o Grupo Parlamentar do CH iria votar favoravelmente e saudou o Grupo Parlamentar da IL pela apresentação do texto. Bruno Ventura (PSD) afirmou que o antissemitismo deve ser condenado em todas as formas, destacando que os factos, comprovados por vídeos e áudios, mostraram violência dirigida a cidadãos israelitas identificados como judeus. Declarou o apoio pleno e humano ao projeto de voto apresentado. Paulo Pisco (PS) lamentou profundamente as posições que desvirtuam temas de grande dimensão humana, referindo a necessidade de compaixão e humanidade, como destacado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Sublinhou o compromisso no combate ao antissemitismo, mas criticou a

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.ª SL

manipulação da realidade, expressando consternação e tristeza pela abordagem despropositada de questões tão importantes. Bruno Ventura (PSD) clarificou que não estava a expressar uma opinião própria, mas a citar o Rei William Alexander dos Países Baixos, que afirmou: "Falhámos à comunidade judaica dos Países Baixos durante a Segunda Guerra Mundial e, na noite passada, falhámos novamente." Destacou que estas palavras não pertencem a Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, sublinhando a gravidade do tema. Colocado à votação, o projeto de voto foi aprovado por maioria dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, CH e IL e votos contra do PS, registando-se a ausência do BE, PCP, CDS-PP e L. O Grupo Parlamentar do PS apresentou uma declaração de voto escrita.

No **Ponto 10.**, o Deputado Rodrigo Saraiva (IL) apresentou a iniciativa, tendo começado por situá-la e enquadrá-la. Destacou a importância de um projeto de resolução, que inclui recomendações ao Governo e será detalhado na próxima reunião da Comissão. Abordou as interferências russas e de outras autocracias em países que buscam a democracia, como a Geórgia, que estava em processo de aproximação ao espaço europeu, mas enfrenta agora obstáculos impostos pela Rússia e por forças locais, seja por medo ou manipulação. Reforçou a necessidade de protestar contra tais ações. Intervieram os Deputados Paulo Neves (PSD), que saudou o projeto de voto do Grupo Parlamentar da IL, sublinhando a preocupação do Grupo Parlamentar do PSD com a interferência russa nas eleições da Geórgia. A adoção de legislação semelhante à da Rússia pelo novo Governo e Parlamento georgiano foi vista como alarmante. Elogiou o texto da iniciativa apresentada por evidenciar claramente as fraudes eleitorais denunciadas por observadores internacionais. Informou do apoio do Grupo Parlamentar do PSD à condenação da interferência e das práticas fraudulentas expressas no projeto de voto. Paulo Pisco (PS) e Manuel Magno (CH) saudaram o texto apresentado, informando que os respetivos Grupos Parlamentares o iriam acompanhar. Colocado à votação, o projeto de voto foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH e IL, registando-se a ausência do BE, PCP, CDS-PP e L.

No **Ponto 2.** a [informação da discussão](#) consta nas páginas das iniciativas.

No **Ponto 3.** a [informação da discussão](#) consta na página da iniciativa.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.^a SL

No **Ponto 11.** intervieram os Deputados Paulo Pisco (PS) sinalizando a concordância com o documento proposto. Paulo Neves (PSD) reforçou que o Grupo Parlamentar do PSD já havia sugerido ao Grupo Parlamentar do PS que, nas deslocações ao estrangeiro, fossem prioritárias as comunidades portuguesas mais relevantes, como as da Suíça, Luxemburgo e África do Sul. Sublinhou a urgência de decidir imediatamente o destino, dado o curto prazo até ao fim da sessão legislativa, para evitar a ineficácia de aprovações que não se concretizem. Paulo Pisco (PS) afirmou que, conhecendo a dinâmica da Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, o facto de haver três sugestões – África do Sul, Suíça e Luxemburgo – não inviabilizava a escolha de apenas um país no momento oportuno. Defendeu, por isso, a manutenção da proposta tal como estava. Paulo Neves (PSD) alertou para a recorrência de deslocações previstas que não se concretizavam, defendendo a necessidade de evitar essa situação. O Presidente da mesa informou que, sem plano de atividades, não haveria orçamento, impossibilitando qualquer deslocação, e defendeu a aprovação do plano tal como estava. Paulo Neves (PSD) concordou com a aprovação do Plano de Atividades e sugeriu definir um prazo para decidir o destino, alertando que, sem isso, nenhuma viagem ocorreria. Paulo Pisco (PS) afirmou que não fazia sentido estabelecer prazos, defendendo que a única ação necessária seria aprovar o Plano de Atividades, pois a expressão no plano já excluía certas opções. Colocado à votação, o Plano de Atividades foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH e BE, registando-se a ausência do IL, PCP, CDS-PP e L.

No **Ponto 12.** colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CH e BE, registando-se a ausência do IL, PCP, CDS-PP e L.

No **Ponto 13.** interveio o Deputado Paulo Neves (PSD) para elogiar o trabalho da Deputada Paula de Medeiros, destacando sua competência técnica e o excelente desempenho no Parlamento, agradecendo-lhe pelo trabalho na Comissão e desejando-lhe as maiores felicidades. Solicitou que o elogio ficasse registado em ata. De seguida intervieram os Deputados e Deputada Maria Matias (BE), Paulo Pisco (PS) e Manuel Magno (CH), que congratularam a Deputada Paula de Medeiros. O Presidente da mesa associou-se à referida congratulação. Trocaram-se votos de um Santo Natal.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada pelas 12:36 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 18 de dezembro de 2024,

O VICE-PRESIDENTE

(Carlos Eduardo Reis)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 34/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Paula De Medeiros (PSD)
Paulo Edson Cunha (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Regina Bastos (PSD)
João Paulo Rebelo (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Paulo Pisco (PS)
José Dias Fernandes (CH)
Manuel Magno (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Marisa Matias (BE)
Rui Tavares (L)
Pedro Correia (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Ricardo Dias Pinto (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Paula Santos (PCP)
Paulo Nuncio (CDS-PP)